

RACISMO INSTITUCIONAL E ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Racismo; Racismo institucional; Saúde da população negra; Acesso aos serviços de saúde; Sistema único de saúde

Introdução

O racismo é reconhecido como um importante determinante social da saúde, influenciando as condições de vida, o processo saúde-doença e o acesso aos serviços de saúde da população negra. No Brasil, as desigualdades raciais refletem-se em indicadores de morbimortalidade, acesso a bens e serviços e oportunidades de cuidado. Nesse contexto, o racismo institucional manifesta-se por meio de práticas, normas e processos que, mesmo sem intenção explícita, produzem e reproduzem desigualdades raciais no atendimento à saúde. Embora o Sistema Único de Saúde (SUS) tenha como princípios a universalidade, a integralidade e a equidade, estudos apontam que a população negra ainda enfrenta barreiras que dificultam o acesso e a qualidade da assistência recebida. Dessa forma, compreender os impactos do racismo institucional no âmbito da saúde torna-se fundamental para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à promoção da equidade racial.

Métodos

Trata-se de uma revisão da literatura, realizada a partir de buscas nas bases de dados SciELO, LILACS e PubMed. Foram utilizados os descritores “racismo”, “racismo institucional”, “saúde da população negra”, “acesso aos serviços de saúde” e “Sistema Único de Saúde”. Foram incluídos artigos publicados nos últimos dez anos, disponíveis na íntegra em português, inglês ou espanhol, que abordassem a relação entre racismo institucional e acesso aos serviços de saúde. Foram excluídos estudos duplicados, editoriais, cartas ao editor e publicações que não respondessem à questão norteadora da pesquisa.

Resultados / Discussão

Os estudos analisados evidenciaram que o racismo institucional está presente em diferentes níveis da atenção à saúde, repercutindo em barreiras de acesso, demora na assistência, menor qualidade do cuidado e invisibilização das necessidades específicas da população negra. Também foram identificadas dificuldades relacionadas ao acolhimento, à comunicação entre profissionais e usuários e à implementação efetiva de políticas públicas voltadas à equidade racial. Os resultados indicam que as desigualdades observadas não podem ser compreendidas apenas por fatores individuais ou socioeconômicos, mas devem ser analisadas à luz do racismo estrutural que permeia as instituições e as relações sociais.

Considerações Finais

Conclui-se que o racismo institucional permanece como um importante obstáculo para a efetivação do acesso universal e equitativo aos serviços de saúde. O enfrentamento dessas desigualdades exige o fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, a ampliação da formação antirracista dos profissionais de saúde e o desenvolvimento de estratégias capazes de garantir cuidado qualificado e equânime para toda a população. A produção de evidências sobre o tema contribui para o fortalecimento do SUS como instrumento de justiça social e promoção da saúde.

Referência Bibliográfica

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de atividade física para a população brasileira. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO guidelines on physical activity and sedentary behaviour. Geneva: WHO, 2020.